

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

JOSÉ MOREIRA ALMEIDA

**CIDADE SEGURA: A PREVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA E A GARANTIA DA
CIDADANIA**

FESSP/São Paulo 2014

RESUMO

O tema central deste trabalho é o estudo dos desastres que ocorrem no mundo e no Brasil, seus impactos e como desenvolver Políticas Públicas preventivas e de recuperação nas Cidades brasileira, construídas sobre falhas geológicas e a ausência de um planejamento tendo em vista principalmente à reabilitação as denominadas áreas de riscos das regiões metropolitanas com ocupações já existentes e como planejar novas ocupações livres de perigos. As diretrizes a ser atendidas são: Porque as cidades estão em Riscos? Porque investir na Redução de Riscos desses Desastres, tendo como estratégia a prevenção? Como atender a demanda crescente em remoção e o crescimento das construções verticalizadas? Como garantir a segurança e conseqüentemente a qualidade de vida das pessoas no local? Nesse sentido reforça a participação de todos os setores da Sociedade, para a reflexão aos acontecimentos dos desastres e a vulnerabilidade social na habitação, saneamentos básicos, preservação ambiental, saúde física e mental, lazer, cultura e a inclusão da pessoa humana.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado à minha mãe Florípedes e meu pai Clóvis Moreira Santos, meu sogro Amantino Alves, minha esposa Maria Das Graças meus Filhos Matheus e Maria Rita, aos meus irmãos, Valdenito, Antonio Carlos, Evaristo e Edna os meus afilhados, Michael, Sara Beatriz, Caio César e Renam Giuseppe.

Meus agradecimentos:

À Fundação Perseu Abramo, que através da parceria com o Partido dos Trabalhadores e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ofereceu um ambiente inovador, propiciando aos alunos grandes aventuras na área do conhecimento intelectual e do domínio da coisa pública na prática, através dos relatos e experiências administrativas de companheiros e suas equipes que estiveram na vanguarda demonstrando a maneira petista de governar em vários Municípios e regiões do Brasil, com ousadia e criatividade para programar políticas públicas progressistas que desafiou um sistema elitista e conservador que até então não acreditava que o Estado poderia ser o propulsor de políticas públicas voltadas para o social, principalmente aquelas voltadas para os setores excluído da sociedade, a todos os professores que forneceram seus conhecimentos e experiências e os melhores materiais, artigos e textos que dispunha para a formação dos alunos, ao Orientador Rafael Baseiro Zin.

Quero também agradecer em especial o Presidente da fundação Perseu Abramo Marcio Pochmann, o Presidente do Partido dos Trabalhadores Rui Falcão, juntamente com Presidente da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo Ângelo Del Vecchio que assumiram esse projeto educacional revolucionário, tendo em vista o redirecionamento do olhar da sociedade brasileira em relação à Administração Pública e da maneira de atuar os agentes públicos, acredito provocando em todos uma mudança de comportamento, resgatando idéias e criando um nova visão do homem público, com o desafio de transformá-lo em um o homem político/social, voltado tão somente aos interesses público e humanitários, inaugurando uma nova fase de formação, desenvolvimentista, progressista e republicana de visão do Estado.

Aos amigos, que sempre me apoiaram no começo e até os dias atuais, amigos como o Alcides, o Aparecido, Clodoaldo, Cesar, Creuza, Helena, Anderson Bustamonte (Dedé)

Aos novos amigos Lúcio, Valéria, Antonio Rodriguez, José Carlos, Beroaldo Manuel, Salvador Pimentel, Lourenço da Conceição, em fim a todos os companheiros que dentro da minha trajetória de vida de certa forma contribuíram com suas opiniões e colaboração no setor de trabalho.

“O Conflito não é entre o Bem e o Mal, mas entre o Conhecimento e a Ignorância”

SUMÁRIO

1. Introdução	06
2. Justificativa	10
2.1 Os problemas a sua identificação e a sua relevância	11
2.2 Justificativas do Problema	15
3. Marco de referência conceitual	17
4. Descritores dos resultados esperados	20
5. Considerações Finais	21
6. Bibliográficas Consultadas	24

INTRODUÇÃO

Ao Longo da história do Brasil nunca foi dada importância ao enfoque dos desastres nas cidades, principalmente nas regiões metropolitanas dos Estados brasileiros, tendo em vista a identificar as áreas municipais onde as Comunidades pudessem estar expostas às condições de Riscos Geológicos e Geotécnicos (escorregamentos de taludes e encostas, rastejos, etc.); Riscos hidrometeorológicos (enchentes, inundações, alagamentos, etc.); Riscos combinados (consideração simultânea dos itens anteriores).

Como negar que o crescimento populacional nas Cidades cresceu de maneira desenfreada e com ocupação sem critérios e planejamentos, o que é fácil notar são construções de moradia em beiras de córregos, rios, morros e áreas de preservação ambiental, gerando um passivo social de enormes proporções, no qual uma parcela da população, a despeito da falta de medidas preventivas estruturais e não estruturais, colocou as vidas de uma parcela da população em risco permanente a desastres naturais ou provocados, bem como a demonstração clara da precariedade e a banalização da vida afetando, crianças, homens, mulheres idosos e jovens, vítimas e reféns da violência, e o incentivo da massificação do tráfico de drogas, alcoolismo, prostituição infantil com a predominância a baixa estima da pessoa humana.

Nesses Locais a morosidade de elaboração de projetos e a inobservância e fiscalização dos investimentos pelo poder público, afetam diretamente na qualidade de vida e na criação da cultura da prevenção, ficando essa parcela da população excluída da sociedade brasileira, não tendo acesso a cidadania.

Os desastres são o produto e, também, processos decorrentes da transformação e desse crescimento da sociedade, e principalmente do modelo global de desenvolvimento adotado, dos fatores socioambientais relacionados a modos de vida que produzem vulnerabilidades sociais e, portanto vulnerabilidade aos desastres.

As diretrizes a ser atendidas são: Porque as cidades estão em Riscos? Porque investir na Redução de Riscos desses Desastres, tendo como estratégia a prevenção? Como atender a demanda crescente em remoção e o crescimento das construções verticalizadas? Como garantir a segurança e conseqüentemente a qualidade de vida das pessoas no local?

O que é uma cidade? Para um economista, uma cidade é um motor para o crescimento econômico, um arranjo aleatório de bens materiais e recompensas materiais. Para um político administrador público, uma cidade um lugar de conexões: uma rede de estradas, cabos elétricos, tubulações de água e drenagem. Para trabalhadores e migrantes atraídos às cidades, ela oferece segurança, abrigo e é a sua fonte de subsistência. Para proprietários, uma cidade é a sua habitação, e seu estoque de bens e serviços. Para alguém que vive em cidade no qual incluir todos os tipos mencionados, uma cidade é um espaço físico e cultural, um local de liberdade política, uma fonte de vitalidade cultural e intelectual. E tudo isso sobre o risco de desastres que seja ele natural ou provocado (Fonte: Construindo cidades Resilientes: minha cidade está se preparando)

Por outro lado, as políticas de cunho imediatistas e assistencialista que visam resolver os problemas estruturais e não estruturais, sempre se apresentam ineficazes no sentido que os quadros nessas regiões não melhoram. É dentro desse enfoque que foi elaborado pelo (EIRD ou UNISDR na sigla em inglês) estratégia Internacional para redução de Desastres, de trabalhar com seus parceiros em especial a Cidades unidas e Governos locais para a sustentabilidade e a Aliança de Cidades, além destas, as redes de organizações não governamentais e movimentos comunitários, Estado, Municípios, associações, instituições, gestores públicos de cidades participantes, prefeitos associados que participam de medidas para aumentar o grau de consciência e compromisso do cumprimento dos passos essenciais para construir a cultura da prevenção e trabalhar de forma conjunta com os atores locais, as redes da sociedade civil e as autoridades nacionais. Nesse contexto transcrevo experiência vivida na prática como Coordenador de Defesa Civil na Cidade de Carapicuíba, cidade da região metropolitana, com 34 km², 45 bairros, aproximadamente 500 (Quinhentos) mil habitantes, 159 áreas invadidas e 37 áreas de riscos e o menor orçamento dos 645 Municípios do Estado de São Paulo, sem contar com outros problemas que refere a saúde, saneamento básico, recolhimento do lixo, e resíduo sólido. Tendo em vista essa situação a necessidade de um planejamento de longo prazo e alguns de soluções imediatas, mais dentro da falta de cultura da prevenção e a pouca importância que o serviço de Defesa Civil representava, em 2009 foi criada a Coordenadoria de Defesa Civil da Cidade, e depois a natureza ajudou a implementação de fato e de direito com o Decreto nº 3.872, de Março de 2009, que regulamentaria a Lei nº 2.866 de 20 de Fevereiro de 2009, nesse período a cidade sofria com inundações e enchentes no período de fortes chuvas e no período de verão com a morte por afogamento em 2008 o Município contava com 58 (cinquenta e oito) mortes por

afogamentos/ano nos lagos dos parques da Cidade, uma média de seis mortes/mês as providências ou elaboração de políticas públicas para ser posta em ação era nenhuma e foi por osmose e falta de estrutura a implementação de um plano, que começamos a utilizar a Prevenção como estratégia, nos casos dos afogamentos, começamos a orientar diretamente os usuários e freqüentadores dos parques, e após colocação de placas informativas ao longo dos lagos, as placas no começo foram saqueadas e amanhecia deitada na margem do lago, efetivamos a realização de palestras nas Escolas, Creches, Associações de Moradores e Igrejas sobre Acidentes Domésticos e noções de primeiros socorros que abrangia o risco a afogamentos e acidentes com água, no primeiro ano da Campanha preventiva tivemos 02 (duas) mortes no ano, chegando em 2012 com índice ZERO! A prevenção sobre afogamentos é um processo permanente que está sendo realizado, em face dos parques serem abertos e até a criação de áreas de lazer com piscinas para que as pessoas, principalmente crianças e jovens possam praticar a natação com segurança e monitorado, mais foi a escolha que trouxe resultado positivo e com baixo custo, agora requer disposição e vontade, pois o que observamos é que programar política pública que envolve mudança de cultura é questão de prática da paciência e de determinação de pessoas que acreditam nessas políticas.

A Administração de maneira geral, não se envolveu diretamente ela teve que ser provocada, hoje é normal não se falar em afogamentos e acidentes com água nos parques da cidade e as placas colocadas já está há três anos sem manutenção e em pé. Na questão enchentes e alagamentos, as visitas e monitoramento também podem ser considerados uma ação preventiva há onde em rede nacional foi televisionada uma casa de dois andar lidera ao córrego no Jardim Novo Horizonte que desabou e morava no local duas famílias e nove pessoas, que após visita e instrução para deixar o local resolveram a saída três meses antes e pegou todos que assistiam de surpresa, pois não havia moveis e nenhuma pessoa mais no local dentro da estratégia da prevenção e após o desabamento foi realizada obras conhecida como GABIÃO (colocação de pedras em gaiolas ao longo do córrego) que evita o assoreamento e desbarrancamento do córrego e o local que há dezoito anos era constantemente área de alagamento e inundações, não consta mais nos nossos registros nos últimos quatro anos, outra ação como desenvolvimento da estratégia de prevenção e está sendo realizada e a aquisição via ao CEMADEM (Centro de Monitoramento de Desastres e Emergência) de pluviômetros automáticos para a Cidade, equipamentos que informa a população local em tempo real a quantidade de chuva que está caindo sobre a cidade e serve de alerta para as áreas de riscos, medidas e elaboração de Plano Municipal de Redução de

Riscos que tem como objetivo identificar as áreas municipais onde as comunidades locais pudessem estar expostas á condição de riscos, classificarem essas áreas e seus setores, em conformidade com os critérios de riscos definidos pelo Ministério das Cidades, após a remoção é outro fator que está andamento já foi removida 472 famílias para o programa minha casa minha vida do governo federal, e para resolver o problema na Cidade à necessidade de remoções de 2305 famílias, o monitoramento das famílias remanescerem no total de 2919 famílias, para a hierarquização dessas intervenções o critério a ser utilizado e a tabela de classificação de riscos, ou seja, o grau de risco e o numero das famílias envolvidas, nesse quesito essas intervenções que não inclui obras e investimentos de saneamento chega a um valo de R\$ 241.585.050, 00 custos esses que a Cidade não tem como agir sozinha, ou seja, somente com a parceria. No que forem referente a intervenções não estruturais com programas extensos de Educação Ambiental, incluindo atividades Escolares nas redes municipais, programas de reciclagem e geração de renda, programa de prevenção de transmissão de doenças infectocontagiosas, estruturação de redes de vizinhança e de auto proteção social, em casos de desastres Naturais, já poderia ter começado e implementado pelas Secretárias envolvidas.

É nesse contexto que esse trabalho foi formulado, com o objetivo de estudar a prevenção como estratégia e a possível conquista da cidadania da parcela da população excluída e conseqüentemente a mudança da cultura dos governantes e da sociedade brasileira, utilizando o planejamento e medidas preventivas como estratégias a serem desenvolvidas e aplicadas.

Por outro lado vamos abordar o que é uma cidade Resiliente a Desastres, e um fator importante para o sucesso da construção dessa cultura da prevenção na redução de riscos em áreas urbana destacando como principal a articulação entre o governo e a comunidade exposta aos riscos e os passos essenciais para os governantes construir nas suas cidades a prevenção como estratégia.

Por fim há as considerações finais, apesar do tema não ser conclusivo por ser de aplicação recente no Brasil e principalmente nos tantos problemas que o governo tem como prioridade, a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto.

2. JUSTIFICATIVAS.

2.1 Os problemas a sua identificação e a sua relevância.

As cidades e regiões metropolitanas estão em Riscos e vulneráveis as ameaças naturais isso é fato, as ameaças naturais afetam cidades de diferentes maneiras, mas potencialmente o desastre atinge todas as cidades em função da maneira como autoridades lidam com o crescimento desordenado, a rápida urbanização e a degradação ambiental deveriam constituir-se na principal preocupação de gestores públicos, pois os impactos desses eventos são cada vez mais caros. Na primeira década do século XXI (2000-2009), de acordo com o centro de Pesquisa em Epidemiologia dos Desastres (CRED, na sigla em inglês) desastres climáticos como inundações, enchentes, ciclones tropicais, secas incêndios florestais e ondas de calor afetam a população no mundo. De acordo com o IPCC, o aumento do nível do mar transformará centenas de cidades localizadas em zonas costeiras e ilhas baixas em áreas de risco de desastres, a UM-HABITAT calcula que existam 3.351 cidades em todo o mundo localizadas em zonas costeiras. Das 30 cidades no topo da lista, 19 estão em delta de rios.

Diversas cidades densamente povoadas estão construídas em áreas sujeitas a terremotos, que quando ocorrem, colapsam edifícios; Outros aspectos urbanos são os crescimentos de construções inadequadas ou improvisadas erguidas em encostas, penhasco ou nascentes de rios, vales montanhoso, que combinado á ausência de infraestrutura de proteção e drenagem, é sinônimo de mais pessoas expostas aos riscos de deslizamentos, provocados por chuvas, saturação do solo ou atividades sísmica; urbanizações de áreas próximas a vulcões ou de áreas historicamente marcadas pelo fluxo de lavas. Muitas cidades foram e são construídas em áreas costeiras propensas a tsumanis; Os ciclones, ventos severos e fortes tempestades também atingem áreas urbanas; As cidades e as regiões metropolitanas sofrem com inundações e enchentes que são ameaças urbanas cada vez mais freqüentem em face dos solos compactados e concretados que não são capazes de absorver água, também em consequência de obras de engenharia que desviam rios, e cidades que não desenvolvem sistemas de drenagem eficientes. Habitações instaladas em margem de rios ou próximas a deltas configuram-se em construções perigosas. Outros problemas são os grandes incêndios urbanos que decorrem de explosões industriais, não obstante os pequenos incêndios acidentais são também um serio risco, especialmente nas regiões metropolitanas em áreas de ocupação irregular. Por fim podemos citar a Estiagem e seca como desastres de evolução

crônica, causando migração de populações para áreas urbanas, com consequência e interferência em aspectos como habitação, emprego, serviços essenciais e abastecimentos de alimentos.

A origem do risco de desastres em ambientes urbanos. O crescimento da população juntamente com densidade urbana são fatores preponderantes para o aumento do risco de desastres, como já foi observada, a população estão migrando as cidades mais do que em qualquer outro momento da história impelidas pela esperança de melhores oportunidades ou expulsa das áreas rurais por conta da pobreza, degradação ambiental, conflitos, enchentes ou seca.

Os altos índices de densidade populacional configura-se como uma causa significativa de riscos em locais onde a qualidade de vida, infraestrutura e serviços essenciais são escassos. Estimativas apontam que em meados do século XXI, o total da população urbana já tenha dobrado, passando de 2,3 bilhões em 2005 para 5,3 bilhões em 2050, aproximadamente três quartos dessa população e a maioria das grandes cidades fazem parte das nações de baixa e média renda: sete vezes mais que em 1950.

Dentro da origem do risco há outros fatores a serem observados como a maneira que é tratada e a cultura sobre o tema desastres e o planejamento para lidar com a situação, ou seja, Governança debilitada na maneira como essa população que cresce rapidamente é atendida e governada tem importantes implicações no seu desenvolvimento, e na redução de riscos de desastres, o que se vê são recursos locais mal administrados, e gestores públicos que não se engajam em uma gestão participativa, assim, deixa de lado o planejamento urbano e espacial estratégico, que deveria focar nos cidadãos de baixa renda e em áreas de risco. Em situações como essa as cidades não irão vencer o desafio, aumentando a vulnerabilidade da boa parte de sua população.

No que envolve o desafio o desenvolvimento Urbano sem planejamento imposto pelo rápido crescimento de muitas cidades e o declínio de outras, pela expansão da economia informal e pelo papel de cidades tanto na causa como na mitigação das mudanças climáticas, exigem um sólido planejamento urbano. Muitas cidades na América Latina, África e Ásia dobraram de tamanho em menos de 30 anos. A UN-HABITAT prevê que em 2015, 12 das 16 maiores cidades no mundo estejam instaladas em países em desenvolvimento, e em

muitos casos a expansão urbana ocorre em desacordo com as determinações legais, recomendações oficiais de construções, e regulamentações para o uso e ocupação do solo.

A urbanização sustentável requer o cumprimento de soluções para a gestão dos riscos e planos de emergências, atendimentos das regulamentações de planejamento urbano para a construção com base em padrões realistas e sem excluir as pessoas em situação de pobreza.

Os estudos do risco a desastre apontam para população de baixa renda que está mais exposta a ameaças e desastres porque vivem em áreas ocupadas desordenadamente e onde serviços básicos estão sempre ausentes. Em país em desenvolvimento uma em quatro famílias vive na pobreza, sendo que 40% delas estão nas cidades da África. Nos países em desenvolvimento 25% a 50% da população instalou-se por meio de ocupação irregulares ou favelas localizadas dentro ou nos arredores dos centros urbanos, e esse número cresce em 25 milhões a cada ano.

As ocupações irregulares e a necessidade da moradia levam as chamadas construções irregulares que colocam a vida de milhões de pessoas em risco desnecessariamente. Muitos morrem ou ficam seriamente feridos quando construções colapsam após terremotos, deslizamentos de terra, tempestades severas, inundações ou tsunamis. Mais de 80% das mortes provocadas por desastres naturais ocorrem em construções colapsadas após terremotos.

Padrões e regulamentações para a construção prevêm, em muitas cidades requisitos mínimos de segurança, incluindo a proteção ao fogo e resistência a desastres naturais. Práticas de construção que apliquem tais regulamentações são essenciais, embora freqüentemente esquecidas, ou seja, negligenciada quando da fiscalização. A necessidade de reduzir custos e a ausência de incentivos, associados á corrupção, são as principais razões para que até mesmo prédios bem projetados sejam afetados por desastres. Ocupações irregulares e construções sem projetos técnicos abrigam a maior parte dos habitantes de cidades. Mesmo que possam investir, pessoas que ocupam áreas sem direitos de propriedade, dificilmente aplicam recursos próprios em melhorias para a segurança estrutural de suas residências.

O crescimento econômico e a concentração de renda têm ocorrido mais rapidamente em regiões e cidade costeiras ou próximas a grandes rios navegáveis, áreas

vulneráveis a enchentes, o aumento do nível dos mares e eventos climáticos extremos que vem se tornando mais freqüente e intenso com as mudanças climáticas.

A produção de bens econômicos tende a concentra-se nas economias dessas cidades, bem como provocar grande número de vidas perdidas, ou de pessoas gravemente feridas.

Por fim os ecossistemas que proporcionam benefícios substanciais e serviços para as cidades, no entanto, como resultado de falta de planejamento no desenvolvimento urbano e crescimento da economia, muitos dos ecossistemas foram alterados e explorados, levando a um desequilíbrio perigoso. Invasões às margens de rios e a escassez de sistemas de drenagem adequados expuseram muitas áreas urbanas a inundações. O desflorestamento levou a erosão de encosta, tornando muitas pessoas vulneráveis a deslizamentos de terra provocados por fortes chuvas.

Além disso, o uso do concreto mudou a capacidade do solo em absorver enchentes, 60% dos serviços ambientais estão em declínio, enquanto que o consumo aumenta a uma taxa de mais de 80% considerando que menos da metade das cidades no mundo têm planos ambientais para ocupação urbana.

A Constituição Federal do Brasil, expressa no artigo 6º que é dever do Estado garantir uma moradia digna aos cidadãos um direito fundamental. O poder Público tem a obrigação de promover as condições necessárias e estabelecer políticas publicas para efetivar esse direito, e sem a moradia o cidadão não tem atendida a sua dignidade como ser humano e a conquista da cidadania.

Com a alteração do pacto federativo que conferiu autonomia aos municípios como entes federativos e atribuiu aos municípios à elaboração dos Planos diretores; e estabelece a participação social como base democrática do novo modelo político, essas mudanças trouxe impactos profundamente a estrutura organizacional vigente que ficou ainda atrelada ao modelo político centralizador ainda vigente.

È previsto também pela Lei 10.257 de 2001 o Estatuto da Cidade uma nova ordem jurídico-urbanista, que valoriza o sistema de desenvolvimento urbano pautado nas políticas meramente municipais pondo a questão das regiões metropolitanas em segundo plano, não definindo normas gerais para sua instituição, planejamento ou gestão, com isso o

distanciamento de Bairros considerados abastados que dispõem modelos, equipamentos e infra-estruturais modernas em detrimento aos bairros na maioria das grandes cidades brasileira e nas regiões metropolitanas, prevalecendo a favelização, a falta de infraestrutura, irregularidades fundiárias, riscos de inundações escorregamentos de encostas, vulnerabilidade das edificações e a degradação das áreas de preservação ambientais, falta de serviços públicos básicos.

No Brasil o pacto federativo resultante da Constituição de 1988 não contribuiu para suprimir a expressiva lacuna existente no processo de planejamento de formulação de políticas públicas das cidades e regiões metropolitanas, impactando diretamente na construção de políticas estruturais de regulação e intervenção e reflete em todas as escalas em nível de governo. De modo geral as cidades e as regiões metropolitanas apresentam reduzidas capacidades institucionais e financeiras, carência de uma visão no âmbito de região, tendo em vista a predominância da visão localista que dificulta a constituição de uma cultura de região metropolitana, refletindo no comprometimento da legitimação de arranjos cooperativos interescolares, tendo em vista a apresentação de ações de cunho preventiva com projetos definidos e capazes de resolver os problemas de curto e médio prazo.

A situação do planejamento estrutural no Brasil se aprofundou ainda mais na década de 1990 no qual houve o processo de desmonte do sistema de planejamento das cidades e regiões metropolitanas, década marcada pelo enfraquecimento da questão que envolva uma agenda política nacional para as cidades e regiões metropolitanas do Brasil e a implementação de um modelo econômico e social que contribuiu com o crescimento populacional nas regiões metropolitanas, fenômeno esse denominado ideologia neoliberal que com a sua propagação histórica e frenética, e utilizando dos meios de comunicação tupiniquim, criando o chamado canto da sereia de um mundo que as pessoas só sobreviveriam pela globalização, levando milhões de pessoas a ocuparem as regiões metropolitanas e periferias das cidades, como fosse a última alternativa de progresso social e econômico, conduzindo para os centros urbanos um grande número de pessoas que via a necessidade de se aproximar aos chamados centros financeiros.

Nesse período o que se viu foi à migração de milhões de brasileiros que passaram a viver em favelas ou ocupações irregulares, as quais frequentemente são construídas em áreas de riscos, seja de encostas instáveis ou sujeitas a inundações, atraídos pelas perspectivas de serem incluído no chamado milagre econômico, mas o que se observou foi a

implantação de uma política de Estado mínimo com a postura conservadora de diminuir e acabar com as políticas públicas já existentes que tinha como mote a inclusão social.

A seguir o que houve foi um enraizamento desse contingente de pessoas nesses locais, mesmo com toda a precariedade de moradia, a permanência nessas áreas foi se dando pela criação de vínculo de amizade e parentesco, estabeleceu uma nova economia, caracterizado pela prestação de serviços, comércio e pequenas empresas, e os estabelecimentos de padrão de culturas das mais variadas.

A aglomeração de residências sem regras e ordenamento foi o ponto fulminante para a origem do risco de desastres nessas regiões em ambientes urbanos, tendo como mote o crescimento dessa população e o aumento da densidade urbana é hoje uma realidade das cidades brasileiras, e principalmente nas regiões metropolitanas das Cidades brasileiras, a maneira como essa população cresce rapidamente e é atendida e governada tem importantes implicações no seu desenvolvimento, e na redução de riscos de desastres.

2.2 Justificativas do Problema.

Dados do Ministério das Cidades revelam o quadro da situação da urbanização do Brasil em 2010, com 84%4 essencialmente urbana, ou seja, 161 milhões de habitantes, a considerar os períodos um crescimento decrescentes em termos relativos vejamos: de 1980 – 1991 3,% de 1991 - 2000 2,4% e 2000 a 2010 1,6% podemos notar que no período da sanha neoliberal e com o crescimento das cidades brasileiras foi à causa dos problemas que não foram acompanhados com políticas públicas e que hoje necessitamos nesse sentido a capacidade de acompanhar os problemas que envolvem a situação de risco a desastres desse contingente populacional nessas áreas, aumentar a possibilidade de planejamento e organização de políticas públicas voltadas para atender as demandas e necessidades de serviços que cresce a cada ano.

No tocante a rede urbana brasileira e o crescimento de números de Municípios no Território brasileiro com baixa capacidade de intervenção depararam hoje com 75% dos Municípios com menos de 20 mil habitantes e 4,4% dos Municípios com 100 mil habitantes. No tocante a renda e analfabetismo Município que concentra condições de extrema pobreza entre 5 a 50 mil habitantes, ou seja, Municípios maiores têm os maiores condições em números absolutos, no quesito conurbações metropolitanas regiões de maiores magnitudes são 13RM com mais de 1 milhão de habitantes estão entre as 20 maiores metrópoles em

Alagoas, as regiões metropolitanas influenciadas por processos políticos e institucionais 9RM em torno de 56,4 milhões de habitantes, ou seja, 34% da população as demais 17 RMs 18 milhões de habitantes 11% das regiões, os núcleos centrais são 0,82% a periferia 1,70% o que nos revelam que as periferias têm crescido mais que os núcleos centrais gerando os problemas.

No que refere aos aspectos econômicos locais das 15 unidades das regiões metropolitanas houve a queda do número de pobres com a estabilização da economia; a pobreza urbana está estável enquanto a pobreza metropolitana aumenta continua e intensamente. Os dados nos revelam também que a questão benefícios urbanos X benefícios econômicos na questão infraestruturas/sociais, a água atingi 92% do conjunto do país a região discrepante é a região norte, na questão esgoto sanitário 64% dos domicílios em setores urbanos no Brasil são dotados de ligação de rede geral o acesso a serviços tem melhorado substancialmente, mas persistem grandes diferenças de qualidade ainda a serem sanadas e são os grupos de menores rendas habitando em periferia, a região norte é a pior situação de cobertura de serviços.

No campo do lixo urbano somente 22% do lixo coletado nas cidades brasileiras, a maioria acaba dispendo dos lixões e apenas 54% dos esgotos coletados recebe tratamento. Na área de habitação 6,4 milhões habitam em situações subnormais e 114 milhões, ou seja, 89% vivem nas regiões metropolitanas. Os dados que é objeto desse estudo não que o quadro descrito pelo Ministério das Cidades em relação há outros setores não sejam importantes mais sim revela que um é causa e efeito daquele e que no tocante ao objeto de estudo os município de maiores porte ocorrem inundações e apresenta em seu relatório o numero de 2.257 Municípios brasileiros com risco de alagamentos, o equivalente a 45% dos Municípios brasileiros com a predominância na maioria na região sudeste.

Esse quadro que nos revela o Ministério das Cidades demonstra a situação dos Municípios e das regiões metropolitanas brasileiras, no que diz respeito à situação da infraestrutura, da economia, vulnerabilidade social e ao risco de desastres que estão expostos e que afetam a maioria das regiões metropolitana e diretamente as pessoas que moram nesses locais e a necessidade da elaboração de estratégia preventiva através de políticas públicas que possam garantir a cidadania desses brasileiros.

Revela também o grau de irresponsabilidade de um projeto político, econômico e social que não priorizou as políticas públicas de áreas tão necessárias para o desenvolvimento do país e nação, e também uma demonstração de uma falha estrutural que colocou centenas de milhões de brasileiros em situação precária e a beira da ruptura social, criando um passivo inimaginável econômico e humano: econômico tendo em vista a necessidade da elaboração estratégica e planejamento, organização para a reconstrução desses setores afetados, pois envolve todos os serviços nas cidades e nas regiões metropolitanas de modo geral. Social no tocante a colapso que acabou afetando, desde ao meio ambiente, saúde, moradia e principalmente a dignidade humana, e para solucionar os problemas de tamanha natureza faz necessários um pacto dos entes federados com projetos definidos e vontade política, com gestores, sociedade e população imbuindo e durante um longo período.

Existem muitas cidades que crescem rapidamente onde vulnerabilidades foram reduzidas ou controladas com um bom governo, um bom exemplo é a cidade de Curitiba, no Paraná cidade que pulou de uma população de 150 mil habitantes em 1950 para quase dois milhões em 2010, mas que inovou em políticas ambientais, incluindo proteção a enchentes, e em qualidade de vida e meio ambiente, outra cidade é Porto Alegre, Rio Grande do Sul, cresceu sete vezes desde 1950, e tem hoje uma população de 3,5 milhões de cidadãos incluídos toda a região metropolitana que compartilha uma gestão participativa que demonstra que as políticas preventivas e a inclusão cidadã nos governos locais é o caminho.

3. MARCO DE REFERÊNCIA CONCEITUAL:

O Contrato Social e o uso do espaço geográfico, como processo renovador das obrigações e delimitações do papel do Estado e cidadãos, sempre necessitarão ser atualizados, tendo em vista a visão Estadista do governante e dos governados, pois uma sociedade se faz para que todos possam nela subsistir o interesse coletivo, em detrimento dos individuais.

Para Milton Santos concebe que cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. Para ele a importância de estudar os lugares reside na possibilidade de captar seus elementos centrais, suas virtudes locais de modo a compreender suas possibilidades de iteração com ações solidárias

hierárquicas. A definição de espaço para Santos e sua funcionalização e esclarecedora, na qual ele vai produzindo de acordo com as demandas de quem os idealiza, para fluir suas necessidades. Para ele o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais e fabricados e de sistemas de ações deliberadas ou não.

Na visão de Milton Santos se o espaço é a casa do homem e também a sua prisão, devem os geógrafos e os cientistas sociais, lutarem por um espaço verdadeiramente humano, mais amplo, que una os homens por e para o seu trabalho.

Uma Avaliação inédita do IPEA (2012) no livro “40 anos de região metropolitanas no Brasil”, orienta a necessidade das ações desenvolvidas pelos âmbitos Estadual, Municipal e a sociedade Civil todos os autores diretamente envolvidos aconteçam de maneira articulada, haja vista que os gestores são responsáveis pela execução das políticas públicas. E a articulação em torno da governança democrática é necessária que a gestão conte com a participação da sociedade e seja entendida como mecanismo político importante

A ocupação do Estado pelos agentes progressista, debatendo as idéias e praticando o socialismo humanitário com a visão de mundo, há onde as pessoas são realizadoras e defini a sua atuação na sociedade com amplo pensamento republicano será crucial para o formato de uma nova ideologia política social, colocando em cheque o conservadorismo e atuação de grupos corporativista que haja como cupim na madeira.

A mudança de paradigmas e o incentivo a participação popular nas decisões de políticas pública se faz necessária para o fortalecimento do estado democrático de direito.

Dessa maneira a considerar o fortalecimento das Políticas públicas de geração de rendas, garantidoras na inclusão social, há onde o Estado é o provedor novamente das políticas de inclusão social, restabelecendo o seu papel de indutor da economia e cumprindo o seu papel! é aplicar o Estatuto da Cidade pelos governos progressista, com apoio das ONGs e cidadãos, os quais devem estar informados sobre os perigos associados ao colapso potencial de construções específicas com apoio da iniciativa privada, um mapeamento claro com a habilitação das cidades a tomarem medidas concretas e cooperação entre si, as ocupações devem ser transformadas com a inclusão dos membros nesse projeto.

Uma Cidade Resiliente: É onde a população participa, decide e planeja sua cidade junto com as autoridades locais, tendo em conta suas capacidades e recursos, realiza

investimentos necessários em redução de riscos e é capaz de se organizar; toma medidas prevenção e preparação a desastres com objetivo de proteger seus bens – pessoas, residências, mobiliários, herança cultural e capital econômico e está preparada para minimizar perdas físicas e sociais (Fonte: construindo Cidades Resilientes: minha cidade está se preparando.)

Desenvolver um plano municipal de uso e ocupação do solo baseado em avaliação de risco, o planejamento deve priorizar e incluir as áreas periféricas às zonas urbanas em desenvolvimento e o ambiente rural, melhorar as ocupações irregulares e promover a construção segura de prédios que não possuem acompanhamento de engenheiros.

Proteger os ecossistemas e barreiras naturais para mitigar inundações, tempestades e outros perigos a que a cidade seja vulnerável, desenvolver treinamentos em redução de risco e construir capacidades em nível municipal, integrar a redução de riscos de desastres aos programas formais de educação.

A implementação do projeto tem como objetivo a utilização e as oportunidades e capacidades existentes para que procuremos formas de minimizar as conseqüências potenciais de riscos, maximize os pontos fortes e superar as fraquezas, uma visão holística de onde a cidade está com relação ao risco de desastres na cidade, que efetivem melhorias e mudanças substanciais e antecipem a redução do risco de desastres nas cidades, incentivarem a participação da cultura da prevenção, fortalecendo a democracia e promovam consensos, acordos, alianças e outras sinergias, a apresentação de ações estratégica para responder às necessidade e interesses coletivos, para responder às necessidades dos setores vulneráveis ou críticos e grupos (sociais, ambientais, econômicos e políticos) a administração de recursos de acordo com as necessidades existentes, o fortalecimento de lideranças das autoridades locais e estimulação de um senso de autoestima entre todos os setores da cidade.

Definir responsabilidades claras e identificar ações e objetivos realistas, construir principio de sustentabilidade em esferas (econômicas, ambientais e sociais) e resiliência.

4. Descritores dos resultados esperados:

Os Investimentos e esforços em urbanização sustentável nas cidades e regiões metropolitana brasileira além de reduzir riscos de desastres, será a oportunidade de desenvolver a cultura da prevenção e otimização de recursos em resposta a reconstrução após os desastres, abrindo espaço à gestão participativa e organização comunitária, além do desenvolvimento local, podendo os recursos ser aplicados e investidos em casas, prédios e outras propriedades. Vidas e meios de subsistência são assegurados por meio da cultura da prevenção e de um planejamento adequado e processos de preparação implantados, trazendo a oportunidade da urbanização sustentável com a proteção dos recursos naturais, bem como os patrimônios urbanos.

A possibilidade de ampliar os investimentos em infraestrutura, incluído obras estruturais de adaptação, renovação e reparação, dessa forma ampliara gestão e oportunidades para os negócios, crescimento econômicos e geração de empregos, atraindo grande número de investidores.

Promoverá a qualidade de vida e bem estar, trazendo segurança, educação aos habitantes das cidades e regiões metropolitanas, garantirá a saúde da população, com ecossistemas equilibrados, e respeito às diferenças culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os problemas da Segurança nas cidades e regiões metropolitanas especificamente nas áreas denominadas de risco e precárias fazem parte do programa do fortalecimento e inclusão da população pobre brasileira. Não houve ao longo da história políticas específicas para combater. O problema agrava, pois as incidências de desastres persistem entra ano sai ano a despeito da elaboração de medidas estruturais desenvolvida pelo Ministério das Cidades em todo o ás áreas e setores no país, os cotidianos das cidades e das regiões metropolitanas não mudam e esses espaços são afetados por desastres mais especificamente por enchentes, inundações, deslizamentos e incêndios.

O agravamento da ocupação das regiões metropolitanas e há necessidade de medidas urgentes a serem tomadas, mais que necessita do envolvimento e mudança de cultura sobre as ações preventivas a serem tomadas que muitas das vezes são ações que não afetam diretamente gastos públicos de grande relevância.

Uma das propostas na redução dos desastres e o programa da cultura da prevenção que devem ser adotadas como políticas públicas de Estado e não de governo e que visa atingir a resiliência e a sustentabilidade urbana dessas comunidades, e para isso incita governos locais à ação preventiva para a redução do risco de desastres nas cidades.

O projeto visa o envolvimento por meio da construção de parcerias duradoras, para ampliar o conhecimento de todos os envolvidos direta e indiretamente, sensibilizando cidadãos e governos para todas as possibilidades de benefícios ao reduzir os riscos urbanos nas cidades e regiões metropolitanas.

Prefeitos e gestores públicos locais são peças chave para a construção de cidades seguras a desastres, pois são eles os responsáveis pelo bem estar de seus cidadãos, é eles que gerenciam as permissões de construção, além de controlar o desenvolvimento urbano. As cidades e regiões metropolitanas precisam de compromisso e suporte dos governos nacionais, com políticas que habilite a realizar as ações necessárias e decisivas para prevenir e reduzir as perdas humanas ocasionadas por desastres já conhecido e esperado.

Por outro lado o Ministério das Cidades responsáveis por estabelecer normais e ordenamento jurídico e políticas para asa cidades e as regiões metropolitanas, tem ciência das dificuldades das cidades e a elaboração de projetos, contratação de corpo técnico

habilitados para desenvolver os projetos solicitados e para atender as leis e prazos estipulados, tendo em vista a necessidades de cada cidade e desenvolvimento das regiões metropolitanas. Os consórcios Municipais estão ainda sendo posto em pratica mais se observa os interesses políticos e setorial de cada Cidade, estão ainda no estágio de construção, mas podem ser a saída para os gestores públicos e sociedade na procura de soluções articuladas para atender as cidades envolvidas e as regiões especificamente.

A solução é o investimento com sabedoria, identificando recursos e alocações orçamentárias nos planos municipais (PPA, por exemplo) e que esse investimento seja direcionado em atividades de redução de riscos. Incluir nesses investimentos o processo participativo de planejamento do desenvolvimento urbano, e providenciar infraestrutura adequada às áreas de riscos urbanos. Não podemos apenas desenvolver cidades, regiões e países sustentável, mais criar a cultura da prevenção coletiva, desenvolver nos cidadãos a solidariedade e o espírito coletivo, com o pensamento voltado para o interesse coletivo no uso do espaço e na relação da aquisição de valores materiais e humanitário e há onde todos são responsáveis diretamente por essa conquista, ou seja, a cidadania.

O Partido dos Trabalhadores após a implantação de políticas públicas em várias cidades e regiões brasileiras revolucionaram o País, e tem responsabilidade e compromisso de que garantir a emancipação política e social, pois o acesso aos bens e consumos, e estabelecimento do chamado bem estar social não é garantia de mudança de ideologia, e sim a mudança de comportamento da luta na sociedade, pois á o risco historicamente conhecido e as armadilhas que teima a caracterizar a maneira de agir de um setor denominado Classe Média querem seja pela ingratidão e ou acreditando que as conquistas econômicas se deram única é exclusiva por conquista individual e do desenvolvimento da capacidade intelectual, acreditando no falho conceito de democracia como alternância de poder, crendo que os projetos político, econômico e social independem de ideologia e a forma de ver a nação como Republica e que não necessariamente afetam e não influi nos processos de transformações reais e necessárias para o povo brasileiro.

A luta pela emancipação política das pessoas nesses locais faz necessários o estabelecimento de mecanismos de organização e coordenação de ações com base na participação dessas comunidades e a sociedade civil organizada, estabelecendo alianças, e elaboração de novas políticas públicas, O incentivo a cultura da participação e da adoção das

políticas de prevenção devem contar com diversos segmentos sociais, compreende o papel e a visão dos novos gestores e estadista, pois adotar e implementar a cultura e a estratégia da prevenção atingiu hoje todos os setores de serviços públicos e temos como exemplo a área da saúde que recentemente pegou toda a sociedade brasileira de surpresa com uma epidemia da dengue, onde todos esperavam que somente nos períodos das fortes chuvas houvesse o aparecimento do mosquito e esquecemos de fazer a lição de casa que era campanha de prevenção e orientação para que pudéssemos evitar a perda de vidas e gastos com medicamentos em fim o transtorno social.

A Inserção social depende de outros mecanismos a serem implementados, mas a melhoria e os investimentos na infraestrutura nas cidades e nas regiões metropolitanas brasileiras com certeza é o passo principal, para trazer o empoderamento dessas pessoas e fazer fluir a sua capacidade de organização e planejamento e gerir de maneira eficaz as suas adversidades.

Assim deve haver um conjunto de política social, sistemática, visando superar o déficit social que as cidades e regiões apresentam, em que a cultura da prevenção a participação das pessoas com seus papéis definidos, dando a cada um o poder de decisão que lhe confere, o planejamento adequado pelas autoridades locais, os investimentos necessários aplicados e a redução da distância do Estado aos cidadãos garantirá a todos o estado de paz! E conseqüentemente a garantirá a cidadania! O objetivo desse trabalho foi contribuir para o debate acerca do assunto é com muita satisfação que vejo a preocupação e interesse de pesquisadores nesses últimos anos, tendo em vista o tema está presente no cotidiano e na vida das pessoas em suas cidades e regiões e que possamos implantar uma nova visão dentro das políticas públicas, e aos novos homens públicos, que possam desenvolvê-las e aplicá-las.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

Constituição (1988) da República Federal do Brasil.

Estatuto da Cidade;

Como Construir Cidades Mais Resilientes – Um guia para Gestor Público; e

Série rede IPEA – Projeto Governança Metropolitana no Brasil, 40 anos de Regiões Metropolitanas no Brasil

